

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

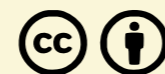
Temas Livres

v.31 n.2

Jul-Dez/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

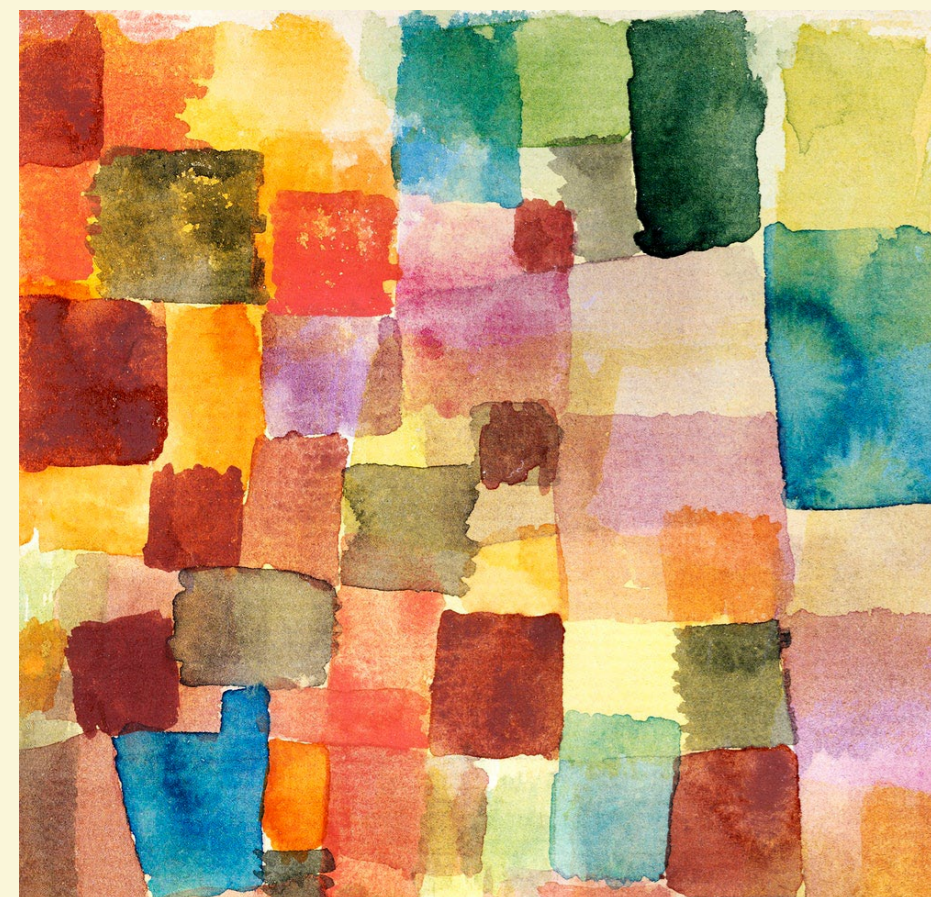
Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Paul Klee (1879-1940)
Sem Título, 1914 (The MET Museum / Rawpixel).

Sumário

	Apresentação	221	
	<i>Andrea Moraes Alves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Elementos introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil	223	
	<i>Hiago Trindade</i>		
	Serviço Social nas transformações societárias: “viradas” de uma profissão centenária	243	
	<i>Caroline Magalhães Lima</i>		
	Cotidiano e ontologia do ser social no pensamento de Lukács: reflexões introdutórias	270	
	<i>Mônica Brun Beveder</i>		
	Carlos Nelson Coutinho, György Lukács e a reavaliação das vanguardas	292	
	<i>Rafael da Rocha Massuia</i>		
	Conflitos envolvendo quilombolas no Rio Grande do Sul: entre raça, classe e território	315	
	<i>Adriane Cristina Benedetti & José Carlos Gomes dos Anjos</i>		
	Questão agrária e formação profissional: fundamentos a partir da realidade	341	
	<i>Mailiz Garibotti Lusa</i>		
	Feminismos e a emancipação da América Latina	366	
	<i>Maria Amoras, Solange Maria Gayoso da Costa & Natália Aguiar de Barros</i>		
	Deficiência e Cuidado: a experiência das mulheres no contexto do Zika Vírus	391	
	<i>Gabriela Carneiro Peixinho</i>		
	Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos	415	 Você está aqui.
	<i>Beatrice Limoeiro</i>		
RESENHA	Clássicas do Pensamento Social: mulheres e feminismos no século XIX, de Verônica Toste Daflon e Bila Sorj	440	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Guerreiras de luta: mulheres assistentes sociais e luta pelos direitos dos idosos

Envelhecimento

Militância

Gênero

Direitos

Cuidado

Este artigo tem como objetivo compreender quem são e como se formam militantes pelos direitos dos idosos. Para atingir este objetivo foram escolhidas trajetórias de vida de dez mulheres assistentes sociais aposentadas, com mais de 60 anos.

A metodologia se baseou na Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2012), seguindo e traçando as redes de suas ações (2016 a 2018). O artigo é dividido entre tópicos que desenvolvem: quem são as pesquisadas, que causas defendem, o que pensam sobre os idosos e qual o papel das mulheres na militância pelos direitos dos idosos.

Beatrice Limoeiro

Doutora em sociologia e antropologia (PPGSA-UFRJ), professora de sociologia no Colégio Técnico da UFRRJ.

beatricelimoeiro@gmail.com

Fighting Warriors: Women Social Workers and Struggle for the Rights of the Elderly

This article has as objective to understand how militants for the rights of the elderly are formed and who they are. To achieve this goal the life trajectories of ten retired women social workers, over 60 years old were chosen. The methodology was based on the Actor-Network Theory (LATOUR, 2012), following and tracing the networks of actions (2016 to 2018). The article is divided between topics that develop: who are the people researched, what causes they defend, what they think about the elderly and what is the role of women in advocacy for the rights of the elderly.

Aging

Militancy

Gender

Rights

Care





Introdução

“Nós somos guerreiras de luta. Não vamos desistir dos nossos objetivos” disse, em ocasião da comemoração dos 25 anos da Associação Nacional de Gerontologia – Rio de Janeiro (ANG-RJ), Nise, aposentada de Furnas Centrais Elétricas, 76 anos, presidenta da ANG-RJ e membro do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro (Fórum PNEIRJ). Nise se referia às dificuldades enfrentadas pelo grupo do qual faz parte para continuar promovendo suas ações. Grupo este que é objeto de investigação desta pesquisa.

O grupo é formado por uma maioria de mulheres com mais de 60 anos, que possuem trajetórias de vida com algumas características em comum que as tornam representantes engajadas da sociedade civil na luta pelos direitos dos idosos. A principal instituição que agrega estas mulheres é o Fórum PNEIRJ.

Fundado em 1996, o Fórum PNEIRJ é um espaço público, onde se encontram representantes da sociedade civil para debater e defender os direitos dos idosos. Elas se propõem a sensibilizar a sociedade, combater formas de discriminação ao idoso, propor leis, emendas, medidas, às três esferas do poder público, promover encontros entre os fóruns municipais e eleger os membros não-governamentais do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio de Janeiro (CEDEPI).

O CEDEPI, fundado no mesmo ano, é outro importante espaço de luta para as mulheres pesquisadas. Tem caráter público e é “um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política Estadual da Pessoa Idosa, de composição paritária entre governo e sociedade civil”. É uma instituição que tem por finalidade a garantia e fiscalização de direitos.

A história do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI se confundem, embora sejam espaços com diferentes atribuições e funções. A relação entre os dois espaços é perceptível a princípio pelo grupo que frequenta e participa das reuniões organizadas de ambas instituições. É comum ouvir falas das pesquisadas sobre como elas se revezam nas posições de direção e administração desses dois espaços.

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender como atua e como se constrói uma militante pelos direitos dos idosos. Através





da análise das trajetórias de vida, discursos, relações, ações e produções das mulheres que compõem o Fórum PNEIRJ, busquei entender quem são, o que fazem e como se configuram as relações de mulheres idosas que defendem causas relacionadas à população idosa no Brasil, e, mais especificamente, no estado e cidade do Rio de Janeiro.

Serafim Fortes Paz (2001) descreve em sua tese como, a partir dos anos 1980, no Brasil começou a ganhar forma um movimento a favor dos direitos dos idosos, motivado por denúncias de violações de direitos, violência e abandono. Para o autor, gerontólogos e demais estudiosos, técnicos e especialistas do envelhecimento, foram os principais atores desse movimento e tiveram papel central na inserção do debate sobre a velhice na cena pública, assumindo um papel de “defensores dos idosos”.

Atualmente muitas destas especialistas que protagonizaram esse movimento podem também ser consideradas idosas, representam não mais apenas os “outros” velhos, mas uma categoria social na qual também se incluem e se identificam de alguma forma. Ainda que não possam ser classificadas como idosas que vivem em condições precárias e vulneráveis, perfil que se torna alvo desse trabalho de mobilização sobre a velhice como um problema social no Brasil e no mundo.

A criação de fóruns e conselhos está atrelada ao período de redemocratização brasileira na década de 1980 e ao processo de sensibilização da sociedade para as necessidades e condições específicas dos idosos, conjugando conhecimento gerontológico e luta política de reivindicação de direitos (SIQUEIRA, 2014). Maria da Glória Gohn (2011) sinaliza como fóruns e conselhos fazem parte das novas formas de relações governo-sociedade civil e participação social de forma institucionalizada.

Inspirada pelo exercício sugerido por Bruno Latour (2012), de estudar as transformações ou inovações que se dão através das conexões entre pessoas, grupos e instituições (ou qualquer outro tipo de elemento), seguindo os atores (no caso específico dessa pesquisa, as atrizes, mulheres militantes pelos direitos dos idosos) e traçando uma rede dos seus movimentos, optei por tornar objeto dessa pesquisa essas mulheres militantes pelos direitos dos idosos, que têm como lócus principal de ação o Fórum PNEIRJ. Neste sentido, acompanhei desde julho de 2016 até julho





de 2018 as reuniões mensais (toda primeira quarta-feira do mês) do Fórum PNEIRJ em observação participante.

Além das reuniões do Fórum PNEIRJ, acompanhei as pesquisadas em outros espaços e eventos que organizavam, estavam presentes, e faziam parte de alguma forma, como, por exemplo, as reuniões mensais do CEDEPI (toda segunda terça-feira do mês), do Fórum Permanente da Política Municipal do Idoso do Rio de Janeiro (PMI-RJ) (toda segunda quarta-feira do mês), eventos promovidos pela ANG-RJ, dois encontros anuais do Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, e atos públicos.

Seguir essas mulheres durante a pesquisa teve o objetivo de compreender como se expressam, se relacionam e se organizam - deixando que elas mostrassem qual seria a abrangência e o alcance da rede -, bem como “seus papéis, histórias, relatos, bens, paixões, informações” (LATOIR, 2012. p. 259).

No processo de acompanhar as pesquisadas em suas atividades, foram importantes fontes de dados as conversas informais e 14 entrevistas com perguntas abertas e duração de, em média, 1:30h com as pesquisadas (10 entrevistas individuais com mulheres, 1 entrevista em grupo com 4 mulheres e 3 entrevistas individuais com homens); as anotações das descrições e observações de pesquisa no caderno de campo (4 volumes); materiais de divulgação das instituições, eventos e atividades nas quais estão envolvidas estas mulheres; e livros e artigos de autoria de algumas das pesquisadas.

Estudar mulheres que militam pelos direitos dos idosos é uma oportunidade de compreender uma das variadas possibilidades e realidades das velhices vivenciadas no Brasil, levando em consideração a ideia de que não existe o “velho genérico” que muitas vezes é descrito nas produções gerontológicas sobre a velhice ou em documentos oficiais que delimitam e pretendem garantir direitos para essa população.

Analisar o cotidiano e as práticas destas mulheres nas atividades que envolvem essa militância é também pensar a velhice e a mulher fora da ideia da passividade, domesticidade, fragilidade, geralmente associada a ambas nas sociedades ocidentais.





Quem são essas mulheres?

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi compreender quem são essas mulheres e quais são as instituições e espaços em que elas circulam. Descrevi e analisei o perfil das pesquisadas, através de suas histórias de vida e trajetórias pessoais e profissionais, comparando semelhanças e diferenças entre elas. Recuperar essas associações de um tempo passado da vida das pesquisadas foi uma tentativa de compreender quais os caminhos que as levaram a participar do Fórum PNEIRJ (e outras instituições relacionadas) e a se tornarem militantes pelos direitos dos idosos.

O grupo pesquisado é composto por dez mulheres: Joana, Nise, Rosa, Bertha, Anita, Dandara, Simone, Tarsila, Leila e Conceição. Com nomes fictícios inspirados em mulheres notáveis na história do Brasil e do mundo.

Nove dessas dez mulheres são brancas e possuem nível superior completo. Com idades que variam de 66 a 86 anos, seis dessas mulheres nasceram na cidade do Rio de Janeiro. No total das dez mulheres descritas, oito não possuem parceiros conjugais e seis não possuem filhos ou netos. Outro ponto em comum entre essas mulheres é a atuação profissional ao longo de suas vidas adultas, nas áreas do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia.

Tarsila, 77 anos, assistente social aposentada, disse:

“Sempre tive muita autonomia. Muita. Eu não fui dessas pessoas de estar dependendo de alguém. Eu fazia tudo. (...) Eu não queria casar. Eu queria era trabalhar. Doida pra trabalhar, estudar, terminar meu ensino superior. (...) Eu adorava trabalhar. Eu adoro trabalhar, até hoje eu gosto de trabalhar.”

Um ponto em comum entre essas mulheres é a atuação profissional ao longo de suas vidas adultas. Elas fazem parte de uma geração de mulheres que estão se inserindo no mercado de trabalho e provocando modificações no modelo tradicional de família (FONTES; SORJ, 2012). No entanto, é possível dizer que o exercício de trabalhos remunerados fora do âmbito doméstico não é uma característica comum dentre as mulheres da mesma idade das pesquisadas, já que a inserção da mulher no mundo do trabalho formal no Brasil se deu de forma gradual, significando muitas vezes a acumulação de trabalho remunerado e cuidados domésticos (ARAÚJO; SCALON; PICANÇO, 2007).



Quando essas mulheres não se casam ou não têm filhos, mas investem em suas carreiras e em suas militâncias políticas, elas rompem com as expectativas sociais de um modelo ideal de mulher ou do que é considerado feminino em suas gerações. (MACCORMACK, 1980; SCOTT, 1989; PEIXOTO, 2001; BOURDIEU, 2014); ao mesmo tempo em que exercem profissões consideradas femininas, em uma lógica de divisão sexual do trabalho e de assimetria entre os sexos na sociedade (ARAUJO, 2002).

Para Nise, 76 anos, psicóloga e gerontóloga aposentada,

“o segmento idoso é o mais desprotegido. Eu vi que haveria necessidade de pessoas que se engajassem, porque o aumento da população idosa está vindo, né? Então eu via nos palestrantes, que eu participava, todo mundo falando o índice da população idosa, demográfico, né? E aí eu dizia: ‘Gente, eu tenho que ficar no idoso mesmo, porque quem vai cuidar desses idosos?’. Se a gente não for brigar por eles, né?”

Simone, 74 anos, assistente social aposentada disse “Isso vem de família mesmo. Meu pai sempre ajudou todo mundo, minha mãe também. E eu cuidei dos idosos da minha família. Então isso já vem de um longo tempo, sabe? Você vai se aperfeiçoando.”

Foi possível perceber através das falas das pesquisadas, como a noção de vocação para o cuidado se associa às suas atividades de militância, como uma prática de caridade ou a um “cuidar do outro”. Evidenciando que nem sempre se incluem no público idoso que precisa dos seus direitos e benefícios garantidos, embora também se considerem e possam ser consideradas idosas.

Paz (2001) chama a atenção para o fato de que o movimento idoso é formado por técnicos e especialistas na área do envelhecimento - que vão identificar um conjunto de precariedades e necessidades para a população idosa e exercer o papel de protetores/defensores dos idosos - ao invés da população propriamente idosa.

Em contrapartida, pode-se observar também falas das mulheres pesquisadas que demonstram que a militância foi um elemento presente ao longo de suas vidas. A militância nesses casos não aparece mais tão associada à ideia da filantropia, do “amor ao

próximo”, mas a uma continuidade de uma trajetória de lutas por diversas causas que teve início nas suas vidas adultas ou durante o exercício das suas profissões.

Para Leila, 75 anos, assistente social e cientista social aposentada,

“Olha, eu sou uma pessoa muito observadora, né? E eu achava que tudo isso podia ser uma contribuição para minha vida acadêmica. E acabou sendo mesmo, né? Porque na verdade eu nunca separei muito, nem na minha cabeça, nem no meu coração, essa distinção entre acadêmico e militância. Sempre foi muito junto. Sempre foi. Quando eu estudava, eu participava do diretório acadêmico. Não como cargo, porque eu nunca gostei de cargo. Mas assim, na militância mesmo, né? A militância sempre me acompanhou. Essa militância que eu acho que me traz assim... Que traz um vigor para mim, até hoje, né? Então, essa militância no Fórum PNEIRJ, na ANGRJ, na SBGG, na vida... né? Não se pode separar do profissional. é a trajetória de vida mesmo, né? (...) Nós pegamos a ditadura na época do movimento estudantil. Mas eu acho que... Talvez o que me dê força é a vontade de militar, de ver uma sociedade melhor, mais justa.

A fala de Leila mostra que militância foi presente durante sua vida mesmo antes de sua velhice ou de ter sido confrontada com o tema do envelhecimento. É possível compreender, através do relato de Leila, que a militância é um elemento que influencia positivamente a sua experiência de envelhecimento, que está associada a um projeto de sociedade no qual Leila acredita e não se restringe ao espaço do Fórum PNEIRJ ou à causa dos idosos. Seu envolvimento com a militância na causa dos idosos a mantém ativa, possibilitando que ela continue atuando nos espaços e trabalhando com os temas de que gosta. É possível entender também que a militância de Leila se relaciona com a profissão que exerceu durante sua vida adulta e a qual ainda é muito ligada, o Serviço Social.

Nove das dez mulheres pesquisadas são de classe média. Muitas possuem aposentadorias decorrentes do serviço público, auxiliam economicamente seus familiares, frequentam teatros e cinemas, moram em bairros privilegiados na cidade do Rio de Janeiro (na região da Zona Sul ou Zona Oeste) e viajam a lazer e a trabalho, muitas vezes arcando com os custos de viagens, eventos e atividades que organizam na militância pelos direitos dos idosos.

No entanto, boa parte das pesquisadas relata que não nasceu em famílias de elite ou de classe média. Por este motivo, desde muito novas essas mulheres tiveram de se inserir no mercado de trabalho e/ou no meio acadêmico, como forma de garantir seu sustento e também sua ascensão social, como relataram Leila, Tarsila, por exemplo.

Elas conseguem essa ascensão através da formação e do exercício de profissões em áreas como Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gerontologia - as mais recorrentes entre as mulheres pesquisadas¹ -, dentre outras.

Quais causas elas defendem?

O que querem as mulheres que militam pelos direitos dos idosos? Quais são as causas que elas defendem? O que acreditam que os idosos necessitam? Outro objetivo desse trabalho é compreender quais as causas defendidas pelas mulheres militantes.

Foi possível perceber que elas se afastam da ideia de “envelhecimento ativo”, pensado e valorizado em termos de prevenção da saúde através de cuidados pessoais e capacidade de consumo e com foco direcionado ao lazer. Para estas mulheres, mais do que destaque midiático, novos produtos e programas sociais voltados para diversão, os idosos necessitam ter conhecimento sobre seus direitos para que possam reivindicá-los, cobrando de seus governantes serviços eficazes e de qualidade.

Para Rosa, 73 anos, assistente social aposentada,

“Agora está muito em moda falar em envelhecimento ativo. Envelhecimento ativo para nós do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI é participar em espaços de conselhos e de fóruns, entendeu? Não é ficar fazendo dança, não é ficar no bingo, né? Essas coisas. Que a maioria é isso. Festinha, bailinho. Muita gente acha que envelhecimento ativo é isso. A gente acha que não, que envelhecimento ativo é ele ser o protagonista realmente. O nosso trabalho é todo nesse sentido.”

Quando Rosa cita “festas, bingos e bailinhos”, faz referência a programas públicos que, em sua perspectiva, não atendem às principais ou mais urgentes necessidades da população idosa, mas são voltados ao lazer e entretenimento. Esse tipo de serviço é interpretado pelas pesquisadas como uma forma dos políticos seduzirem o público idoso, sem investir no desenvolvimento de

garantias que entendem como mais sérias, como a promoção de renda, saúde, habitação, transporte e participação política, que pode propiciar a cobrança dos itens anteriores.

Sobre a concepção de “envelhecimento ativo”, Nise disse: “Ficam inventando nomes. Antigamente não tinha isso. ‘Envelhecimento ativo’, ‘saudável’, ‘bem sucedido’... Não acho nada disso nenhuma grande descoberta. Não existe fórmula para envelhecer. Cada um tem uma condição de vida e necessidades diferentes”.

O protagonismo do idoso para as pesquisadas é pensado em termos de cidadania e respeito, inserindo também neste processo idosos em situação de vulnerabilidade, seja por condição de classe, escolaridade, saúde, etnia, região, dentre outros. É com esta preocupação que as mulheres engajadas nas causas dos idosos adotam suas pautas de luta, que são pensadas e propagadas em um sentido humanitário e coletivo.

Uma das causas defendidas pelo grupo de mulheres envolve a garantia para que instituições como o Fórum PNEIRJ, a ANG-RJ e o CEDEPI continuem existindo. Essas mulheres lutam pela existência de espaços onde a população idosa possa atuar politicamente e reivindicar direitos, ambientes que sejam locus de mobilização e mediadores entre idosos e autoridades governamentais. Nesse caso, as pesquisadas se incluem dentre os idosos citados, portanto podemos entender que suas ações visam também sua própria sobrevivência enquanto cidadãs politicamente participativas e seu próprio direito de existir.

Rosa, ao falar sobre as dificuldades enfrentadas no CEDEPI, disse

“Se ninguém falar nada, o CEDEPI desaparece. Nós continuamos por teimosia. A situação política não está boa para a gente de direitos humanos e movimentos sociais. (...) A gente está levando com muita dificuldade, não fechou porque a sociedade civil está segurando. Quem dá quórum é a sociedade civil. A gente está fazendo as reuniões e o pessoal do governo não vai. Mas a gente não deixa de marcar as nossas atividades.”

Outro exemplo de luta das pesquisadas envolve a sobrevivência do Abrigo Cristo Redentor. O Abrigo Cristo Redentor é uma instituição de longa permanência (ILP) pública para idosos fundada na década de 1930, que hoje abriga cerca de 300 idosos. Com um espaço de cerca de 176 mil metros quadrados

e localizado em um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o abrigo já teve alguns episódios de crise financeira, risco de fechamento e já mudou diversas vezes de instâncias de administração governamental (federal, estadual e municipal).

A principal preocupação do grupo era com a condição de vida que estariam levando os idosos dentro do abrigo. Em janeiro de 2017, receberam a notícia de que um idoso havia morrido dentro do abrigo, acidentalmente ateando fogo no próprio corpo, pois havia ingerido bebida alcoólica (proibida no local) e deixado o cigarro cair em sua roupa molhada de bebida. Segundo informações de funcionários da instituição, desde novembro de 2016 até fevereiro de 2017 já haviam ocorrido 19 óbitos devido ao calor, estresse, fome e abandono, dentre outros fatores. Em entrevista, Nise disse:

“Eu tenho que salvar aqueles que estão em risco de vida, né? Eu acho que é uma negligência muito grande das autoridades, de tudo. Uma violência, né? Negligência é uma das violências. Eu acho que é maior que o Estado está tendo. E falta de dignidade, né? Você não dá uma dignidade para pessoa, que já não tem uma família, que já não tem bens, já não tem nada nessa vida.”

A partir do Fórum PNEIRJ, as pesquisadas organizaram uma comissão para visitar o abrigo, formada por Joana², Rosa e Nise. Entraram em contato com funcionários, familiares dos idosos asilados e com o Padre da Paróquia próxima ao abrigo. Paralelo a isso, a mesma comissão começou a acionar deputados estaduais e vereadores que poderiam ajudá-los ou tomar alguma providência sobre o caso.

Em casos como esse, as pesquisadas se ocupam da velhice pobre, fragilizada, que não é considerada ativa, nem saudável, que não é modelo individual de velhice bem sucedida. Manifestam uma preocupação mais coletiva, do que individual, pela garantia da prestação de serviços públicos de qualidade para a população idosa. Se afastam da ideia de envelhecimento ativo privado, que só pode ser vivenciado por alguns idosos em condição econômica privilegiada.

Em reunião do Fórum PNEIRJ, Celso, parceiro das mulheres pesquisadas, disse:

“Temos que salvar esse abrigo. Até se tiver que voltar para a prefeitura. Levar um projeto, senão vai acabar. O que é preciso para cuidar do

idoso? O idoso não quer escolinha disso ou daquilo, quer bem estar de vida, dignidade, bom tratamento físico, social e psicológico.”

Enquanto movimento social, o grupo de mulheres que fazem parte do Fórum PNEIRJ se ocupa de lutar por uma velhice que seja digna para a coletividade de idosos brasileiros. Dignidade que está relacionada à noção de justiça social, porque entendem ser necessário garantir que estes idosos tenham renda, alimentação, habitação e acesso a serviços de saúde de maneira suficiente e que assegure a manutenção de suas vidas.

As mulheres do Fórum PNEIRJ não entendem que as necessidades e mazelas da velhice brasileira sejam questões privadas, ou que devam ser resolvidas individualmente. Ao contrário, Joana, Nise, Rosa, Dandara, Anita, Simone, Tarsila, Leila, Bertha e Conceição exercem o papel de tornar públicas as demandas da velhice delas, de continuar militando e participando das decisões políticas; e dos “outros”, os idosos que não possuem condições mínimas de existência ou conhecimento sobre os seus direitos.

Através do Fórum PNEIRJ, do CEDEPI e da ANG-RJ, as pesquisadas se reúnem, promovem e participam de eventos nacionais e internacionais, palestras, encontros com fóruns de outros estados brasileiros, organizam passeatas, atos públicos³, fazem contatos, cobranças e participam de audiências públicas com parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para reivindicar os direitos dos idosos.

As estratégias de ação e formas de luta desenvolvidas e traçadas pelas mulheres do Fórum PNEIRJ não se executam sem críticas e estabelecimento de conflitos no grupo sobre suas possíveis contradições. No cotidiano de trabalho desta coletividade estão presentes diferentes concepções sobre o papel que devem desempenhar através do Fórum PNEIRJ.

Não é incomum ouvir das mulheres do Fórum PNEIRJ falas que demonstram desânimo e uma sensação de que os projetos não caminham e que suas pautas não são atendidas. Quando perguntada em entrevista se achava que os objetivos do grupo estavam sendo alcançados, Nise respondeu: “Infelizmente não. Infelizmente todos esses anos que eu estou aqui muito pouca coisa foi alcançada.” Rosa considera que os objetivos geralmente são alcançados “a longo prazo. A médio prazo e a curto prazo não.”



Sobre essa questão, Leila disse:

“Olha, na verdade o CEDEPI seria um órgão fiscalizador das políticas públicas relacionadas ao envelhecimento. Mas não acontece nada disso, não. Ele não funciona, não. Ele não tem nem sede direito. Está uma loucura. Ele é paritário, né? Mas você vê que quem atua mesmo é sociedade civil. É ela quem carrega o CEDEPI. Quando a gestão é da sociedade civil, o Estado não está nem aí. E quando era Estado, eles jogavam... Nunca estavam muito frequentes. Não era muito fácil também, não. Nunca foi um espaço que o pessoal ligado ao Estado valorizasse muito, não.”

Marcos Otavio Bezerra (2012) mostrou como há uma expectativa dos movimentos sociais de que suas queixas e petições de algum modo consigam intervir nos processos de tomada de decisão dos agentes governamentais. Porém essa participação encontra uma série de limites e resulta muito mais em acordos entre sociedade civil e governo do que propriamente no atendimento às demandas populares.

Entre os anos de 2016 e 2018 não apenas as mulheres do Fórum PNEIRJ não tiveram suas requisições atendidas, como também viram seus espaços e meios de luta correndo sérios riscos de acabarem.

Através das falas das pesquisadas é possível entender que o grupo já teve mais influência para realizar suas ações se comparado ao período de 2016 a 2018. Rosa relatou: “Olha, a gente fazia muita coisa. Nós acompanhamos as conferências, fizemos capacitação dos conselheiros no interior. De repente tudo isso acabou. Da noite para o dia isso tudo acabou, entende?”

A diminuição da capacidade de ação e interferência das mulheres do Fórum PNEIRJ na concepção e construção das políticas públicas voltadas para os idosos contribui para a permanência dos idosos do Abrigo Cristo Redentor, ou de demais localidades do estado do Rio de Janeiro, em situação de vulnerabilidade e precariedade. Mantém-se uma naturalização da privação de parte da população de idosos aos recursos necessários para minimização dessa condição (BUTLER, 2009).

Ao mesmo tempo em que as pesquisadas demonstraram descrédito quanto ao interesse dos membros do Estado em tentar sanar as necessidades dos idosos, há uma valorização dos



espaços de luta e reivindicação institucionalizados, como o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI. Diante da pouca ou nenhuma resolução dos problemas que são apresentados pelo grupo pesquisado, seria possível questionar: por que permanecer atuando através de espaços e mecanismos que não possibilitam o efeito desejado?

O que se pode compreender é que não é (ou não é apenas) o sucesso do atendimento às pautas ou a eficácia das ações que mantém as mulheres reunidas em prol da mesma causa. Outros fatores podem ser levados em consideração para explicar a formação do grupo, como: a memória de um passado considerado mais bem sucedido, sobrevivência dos espaços institucionais das associações, fóruns e conselhos como referências de atuação, a noção de vocação para a realização de trabalhos filantrópicos ou que provoquem benefícios para populações consideradas carentes, a convivência e troca de experiências entre as pesquisadas e também a militância pelos direitos dos idosos como parte de um projeto de vida e velhice das mulheres da pesquisa.

As mulheres engajadas em prol da causa das pessoas idosas demonstram falas e comportamentos que oscilam entre a coragem e o desânimo, o descrédito e a resistência. Mesmo com muitos elementos desfavoráveis à continuidade das suas lutas, elas consideraram que “o futuro está em nossas mãos”, conforme palavras de Nise, e que era necessário permanecer atuando, resistindo e participando.

Dandara, ex-empregada doméstica, 89 anos, disse: “Quando a gente usa aquela frase ‘Idoso, erga sua bandeira!’, é um meio de dizer assim: ‘Olha, vamos à luta. Não vamos ficar aqui sentados olhando’. E eu acho que a causa da pessoa idosa vai ser sempre, sempre, sempre luta. Não vai dar pra parar, não.”

Nise disse: “Nós todas vamos envelhecer, graças a Deus! E vamos envelhecer bem, pois nunca deixamos de lutar e de sermos reconhecidas. (...) Não ganhamos nada, ainda gastamos do nosso bolso. Mas, importante é lutar por nossos direitos”.

O que pensam sobre a população idosa?

Enquanto as mulheres militantes pelos direitos dos idosos são residentes na cidade do Rio de Janeiro, em sua maioria brancas, solteiras, de classe média, com nível superior; os idosos brasileiros



são em sua maioria: mulheres, brancas e pardas, casadas, ganham até 2 salários mínimos, estudaram até o Ensino Fundamental⁴, e não tem conhecimento formal sobre os seus direitos⁵ (FALEIROS, 2007).

Ainda que renda, escolaridade e até mesmo o estado civil das pesquisadas possam ser considerados como fatores que as distanciam da maior parte das idosas e idosos do país, a idade, a identificação com a classificação velha/idosa e o interesse pelo tema fazem delas representantes e porta-vozes atuais da sociedade civil pelos direitos dos idosos.

Destaco aqui trechos dos discursos destas mulheres em que afirmaram: “Agora eu também sou uma velha” (Dandara, 86 anos); “Velhinhas não! Somos idosas gatas e gostosas” (Nise, 76 anos); “Lógico que eu já estou idosa, já tenho mais de 60 anos.” (Anita, 66 anos); ou “Somos um grupo de pessoas idosas. Não conseguimos ver rápido as coisas como os jovens” (Joana, 66 anos).

As falas acima demonstram que não é incomum a identificação das pesquisadas como “velhas” ou “idosas”. Nesses momentos, elas se incluem na população cujos direitos defendem. Ao mesmo tempo, é comum ouvir falas como “quem vai cuidar desses idosos?” (grifo meu) ou “os velhinhos do Abrigo Cristo Redentor...” (grifo meu), ambas de Nise, que evidenciam um distanciamento entre elas e “os velhinhos” que precisam ter seus direitos garantidos.

Há entre as delegadas do Fórum PNEIRJ uma ideia de que as pessoas com mais de 60 anos no Brasil são caracterizadas por serem vítimas de uma série de mazelas que as assolam: pobreza, abandono, falta de acesso à educação formal, entre outras. Ao mesmo tempo, se faz presente em fóruns e conselhos de idosos a noção de que estes devem se emancipar de sua condição de vítimas para se tornarem sujeitos empoderados e protagonistas pela luta por seus direitos.

A partir dessa concepção, as pesquisadas tomam como missão a “pedagogização do ativismo”, informando e divulgando como as idosas e idosos devem se comportar e quais interesses devem cultivar para que tenham um envelhecimento participativo publicamente. As tentativas de persuasão estão presentes em suas estratégias de luta, como na promoção de eventos abertos,



palestras, organização de atos públicos, distribuição e divulgação de exemplares do Estatuto do Idoso, por exemplo.

Conforme disse Rosa:

“É importante a gente fazer com que o idoso conheça o Estatuto do Idoso, porque muitas vezes eles não conhecem o Estatuto do Idoso e os seus direitos como cidadão. E é nosso papel também estimular os idosos a participarem desses espaços, como o Fórum PNEIRJ e o CEDEPI, né? (...) Eu dei um Estatuto do Idoso para minha mãe, quando ela ainda era viva. E ela usava aquilo como uma arma! ‘Agora eu tenho o Estatuto na mão! Olha aqui, minha filha me deu!’ Para ela, aquilo era uma coisa maravilhosa. Era uma arma que ela tinha contra qualquer pessoa que quisesse desrespeitar.”

Simultaneamente ao trabalho de convencimento e às tentativas de ganhar novos adeptos ao movimento, há um descrédito de que as pessoas idosas se tornem efetivamente aquilo que elas acreditam que deveriam ser. Pois entendem que há um desconhecimento sobre seus direitos e/ou não se interessam pelos assuntos políticos.

Para Rosa o principal objetivo de sua militância

“É justamente convencer o idoso a participar. Aquela participação dele não tem. Agora se for chamar para um baile aparece muita gente. (...) Em certa ocasião fizemos um ato público na passarela de Duque de Caxias (RJ). Aí, tinha uma porção de idosos jogando dama e jogando baralho e nós fomos lá conversar com eles. ‘Não interessa, não quero saber. Não sei, não quero...’, eles disseram. Eles estavam ligados no jogo. Então quer dizer, o cara não está nem aí. E ainda ficou com a cara aborrecida para gente, porque a gente falou ‘para um minutinho o jogo.’ ‘Não, não posso parar, não.’ Não gostaram. Então você vê, muitos políticos se aproveitam disso para utilizar eles para pedir votos, né? É feito de ‘massa de manobra’.”

Como consequência do malogro em conquistar engajamentos de idosos e de outros segmentos da população, o movimento tem como fragilidade a pouca representatividade das variedades de realidades vividas por pessoas idosas e o esvaziamento dos seus espaços, deixando em aberto a pergunta: quem vai militar pelos direitos dos idosos no futuro?



Tarsila expressou essa preocupação

“Praticamente não tem mais ninguém para fazer. Essa que é a verdade. Você está pegando uma ANG-RJ que não foi a ANG-RJ que eu peguei. Tinha muito mais gente, muito mais movimento e atividade. Eu vou fazer 78 anos. Mas eu penso muito... já estou no meio do caminho, né? Quem vai fazer esse trabalho, vai ter esse engajamento daqui pra frente?”

Qual o papel de mulheres e homens na militância pelos direitos dos idosos?

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda sua vida” (BEAUVOIR, 1960). O trecho, retirado do livro “O Segundo Sexo”, foi lido e discutido em reunião ordinária do Fórum PNEIRJ em março de 2018.

Na ocasião foi comemorado o Dia Internacional da Mulher (08 de março) e o texto foi utilizado para provocar a reflexão sobre a data, com ênfase na ideia de que é necessário sempre lutar pela garantia e manutenção dos direitos. Durante esse debate, Joana comentou que da mesma forma que o texto cita os direitos das mulheres como passíveis de serem revogados, poderia se referir também aos direitos dos idosos como vulneráveis ou “os primeiros a serem retirados”, em suas palavras.

Leila enfatizou que: “São as mulheres que carregam esse país, sem dúvida. Tem mulher que acredita que homem é mais importante. Não percebe o papel fundamental que ela tem na sociedade.”

Observando o grupo pesquisado, a presença feminina é evidentemente mais numerosa e atuante. Por apresentarem papel de destaque e influência no Fórum PNEIRJ e CEDEPI, selecionei as mulheres como pesquisadas e principais atrizes seguidas para compreender a rede de associações e relações que se formam através da militância pelo direito dos idosos.

Os dados dessa pesquisa fazem refletir sobre essa expressiva presença de mulheres no grupo pesquisado: se há uma subrepresentação feminina em outras arenas políticas, que



elementos estão presentes nessa rede de associações que possibilitam o protagonismo de mulheres no Fórum PNEIRJ e CEDEPI?

Sara Nigri Goldman (2001) identificou a tendência da predominância masculina nos espaços públicos de poder. Ela constatou que dentre os aposentados, os homens se concentram em sindicatos, que são locais de engajamento político ou em praças públicas; já as mulheres estão presentes em espaços de convivência, saúde e lazer, que podem ser compreendidos como uma extensão do espaço doméstico.

Vera Soares (2013) afirmou que, apesar das mulheres corresponderem a mais de 50% da população, a sua representação na esfera política não condiz com essa proporção, seja no poder executivo, legislativo ou judiciário. Apesar da pouca inserção nestes âmbitos do poder, a participação feminina é maior nos movimentos sociais, como movimentos de mulheres, de combate ao racismo, em defesa de direitos sexuais, direitos humanos, conforme ressaltou a autora.

Para Soares (2013), o exercício político feminino está relacionado à vida cotidiana, tanto privada quanto pública, nas instituições não formais de representação. A autora mostrou que “as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas” (p. 344).

A fala de Leila sobre a história do movimento pelos direitos dos idosos reforçou essa ideia:

“Na militância aparecia mais a mulher. Como se a militância fosse uma continuidade da vida cotidiana. Então eu acho que isso marca um pouco a nossa trajetória, né? Da gente aparecer assim na militância, na luta. E o intelectual, quer dizer... a figura do homem aparecia como o grande intelectual. (...) E também a gente está ocupando, porque é um espaço que não tem muita visibilidade. E também não rola dinheiro. É uma militância gratuita. Você gasta o seu tempo, né? [risos] Você gasta dinheiro, você investe, né? Mas quando se trata da questão financeira, você vê que as mulheres ficam no plano secundário. (...) A militância é muito mais feminina, mas você vê que na hora que aparece na mídia são esses ‘bam-bam-bam’, esses homens importantes (...) E as mulheres ficam com a parte suja! Com o trabalho de militância do dia a dia. as mulheres é que fazem as coisas caminharem, né?”

As mulheres do Fórum PNEIRJ podem ser identificadas como essas mulheres que fazem a política do dia a dia, ou a política que não garante o mesmo prestígio, visibilidade e/ou dinheiro, como as instâncias maiores de poder.

Se é verdade que a velhice feminina é “duplamente insignificante” (LINS DE BARROS, 2006), por concentrar as desigualdades de gênero e etária, como compreender as atuações das pesquisadas?

Ainda que alocadas nas instâncias do Fórum PNEIRJ e do CEDEPI, parte de um âmbito menos valorizado e influente da política, pode-se dizer que as pesquisadas romperam com expectativas de gênero quando não demonstram comportamentos subordinados. No cotidiano dos afazeres do movimento social do qual fazem parte, elas persistem diante de condições desfavoráveis, falta de recursos e suporte governamental e enfrentam atores com capacidades de exercício de poder consideravelmente maiores do que as suas.

Rosa e Nise, quando questionadas sobre quem consideravam mais engajados na luta pelos direitos dos idosos, responderam em suas entrevistas, respectivamente:

“Nos fóruns e conselhos de direitos a maioria é mulher. A maioria é mulher. Nos sindicatos, nem tanto. Porque é uma área muito machista. É uma área muito masculina, e a gente invadiu, né? [risos] Então, nos sindicatos, às vezes, você tem até um equilíbrio na diretoria. Mas realmente é predominantemente masculino. Que antigamente era só homem no sindicato, né? De uns tempos para cá que a gente começou a tomar conta dos espaços. Mas na hora machismo, fala alto. Ah, fala. Eles são muito machistas. Na hora, enquanto está fazendo discurso do sindicato, não. Mas no dia a dia... putz!”

“As mulheres entram de cabeça, elas estão livres. Quando elas estão livres, que elas estão sem marido, que elas têm essa postura. Já trabalharam em empresas, foram bem sucedidas. Não quando é um trabalho assim... mas quando foram bem sucedidas. Elas têm necessidade de atuar ainda, de continuar participando. Já os homens não. Eles ‘Ah, eu vou é pescar, eu vou é viajar, eu vou procurar namorada...’ Eles não querem participar de movimentos, não. Alguns, não vou dizer todos, né? Mas a maioria nos espaços de militância são as mulheres.”

Para Nise, o que permite a participação das mulheres é a sua liberdade na velhice. Essa liberdade se dá pela possível ausência da figura do marido (seja por viuvez, divórcio ou por ser solteira) - que pode ser compreendida como o fim ou diminuição de obrigações domésticas e familiares - e uma disponibilidade para atuar politicamente (GOLDENBERG, 2013). Essa disponibilidade, ou maior tempo livre na aposentadoria, no entanto, não parece ser suficiente para provocar a participação dos homens na luta pela causa dos idosos.

Se considerarmos que o movimento de idosos tem sua origem atrelada às profissionais de áreas como Gerontologia, Serviço Social e Psicologia - áreas caracterizadas pela marcante atuação de mulheres - é possível compreender a atuação majoritária das pesquisadas no Fórum PNEIRJ e no CEDEPI.

Rosa destacou a relação entre algumas profissões, que tradicionalmente trabalham com idosos e a perceptível influência de mulheres:

“Por exemplo, no Conselho Profissional do Serviço Social, a maioria é mulher. Você não vê um homem, aparece às vezes um ou outro. No Serviço Social é muito difícil. Acho que no Conselho de Psicologia também. *É que são profissões assim que sempre foram de predominância de mulheres, né?*” (grifo meu).

Cabe, então, a reflexão: qual a relação entre as carreiras e trajetórias de trabalho das pesquisadas e as suas atuações na militância pela garantia de direitos às pessoas idosas? Se esses espaços de militância são, desde sua origem, caracterizados pela presença de ofícios que são considerados femininos, como isso influencia as formas como esse engajamento será realizado?

Laisy Morière (2013), em investigação sobre militâncias femininas, identificou em seus pesquisados a ideia de que faz parte da natureza feminina elementos como sensibilidade, compaixão, zelo, proteção. A interpretação de que essas características estão presentes nas relações políticas das mulheres é também conhecida como “política do desvelo”. A autora, no entanto, destacou que esse conjunto de concepções sobre as militâncias femininas pode consistir em uma naturalização das diferenças e reforço de estereótipos de gênero.

Para Vera Soares (2013), identificar uma concentração de mulheres em militâncias relacionadas ao atendimento da população considerada vulnerável não significa dizer que haja uma essencialização do feminino, mas que essa tendência se relaciona às experiências vividas pelas mulheres e aos papéis que tradicionalmente exerceram no âmbito privado.

Soares (2013) considera que há uma atuação diferenciada das mulheres na política. Tal diferença não ocorre devido a determinações biológicas, mas por socializações e cotidianos marcados pela condição discriminada e desigual da mulher na sociedade brasileira. Sendo assim, as mulheres trariam para suas atuações políticas vivências de gestão do coletivo e de cuidado com o outro (crianças, idosos, pessoas doentes, com deficiência, demais membros das famílias).

Ainda que o grupo conte com a participação de alguns homens, o nível de inserção deles pode ser questionado. A maioria dos homens do grupo faz parte, mas com considerável distanciamento. Pode-se dizer que eles estão “de visita”, para contribuir, mas não de maneira tão comprometida quanto as mulheres.

Essa pesquisa mostrou que os homens não se consideram completamente inseridos e/ou mobilizados pela luta em busca dos direitos das pessoas idosas. Enquanto eles se aproximam mais de suas associações profissionais⁶, elas possuem trajetórias e socializações diferentes, que as levam ao interesse pela discussão do envelhecimento, sensibilização com as necessidades da população de mais de 60 anos e vontade de reivindicar garantias e benefícios coletivos aos mesmos. Enquanto os homens não consideraram a causa dos idosos central para suas militâncias, as mulheres acreditam que os homens não são tão ativos ou engajados quanto elas.

Para Conceição, 71 anos, professora aposentada,

“A mulher é mais ativa. Então, a mulher envelhece com mais dignidade do que o homem. E eu tenho mais homens abrigados do que mulheres na instituição asilar de caridade que coordeno. Aí, você vai no Fórum PNEIRJ, tem mais mulher. Lá as mulheres que são ativas, né? Você vai nos fóruns de idosos: vamos botar aí uma média de quatorze pessoas, vão dez mulheres e quatro homens. Então, eles



são mais desanimados para isso aí. A mulher é mais engajada. É muito mais! O homem... tem uns que lutam mesmo pela causa, tá? Mas são poucos. Eles não abraçam a causa, não. Você convida para uma reunião, não vai. Acha que já conhece aquilo, né? Então, as mulheres lutam mais. As mulheres passaram na frente dos homens, pelo comodismo deles.”

As mulheres associam militância às profissões que exerceram, ou à caridade, filantropia, ao cuidado e oportunidade de ajudar ao próximo. “Abraçam a causa”, fazem disso um projeto de vida e velhice, lutando tendo como objetivo o reconhecimento da velhice como uma etapa digna e significativa da vida.

Considerações Finais

Não existem modelos prontos ou “pré-fabricados” de velhice, nem de juventude, infância ou vida adulta (ALVES; LINS DE BARROS, 2012). Levando em consideração que podem existir muitas maneiras diferentes de vivenciar o envelhecimento e de estabelecer relações após os 60 anos de idade, é possível trazer alguns questionamentos para encerrar essa apresentação. São eles: Quais as possibilidades de vida e trajetória para uma mulher idosa? Quem ela pode ser e o que pode realizar?

O principal objetivo dessa pesquisa foi apresentar uma maneira possível de velhice através das histórias de vida, atuações, relações e discursos das mulheres que militam pelos direitos dos idosos. O que podemos aprender com elas? (INGOLD, 2019). Esse objetivo foi perseguido através de um exercício de reunião e composição do “mundo comum” das pesquisadas (LATOURETTE, 2012).

Este trabalho foi uma experiência de compreender como se formam e atuam militantes pelos direitos das pessoas idosas. Quais caminhos e associações foram necessárias para que as pesquisadas se reunissem no Fórum PNEIRJ e se tornassem pessoas engajadas na luta pela garantia de condições básicas e benefícios para os idosos? Ou, nas palavras de Rosa: “Por que essas mulheres malucas largam tudo, largam casa, família, não ganham nada e estão aqui militando?”

Os elementos: conhecimento científico - mediado pelo acesso às produções do Serviço Social, da Psicologia e da Gerontologia principalmente -; a caridade ou cuidado despendido aos idosos vulneráveis; a noção de cidadania e necessidade pela busca de



direitos; e a relações desenvolvidas nesses espaços ao longo dos anos, são importantes para compreender como se formam as militantes pelos direitos dos idosos.

Por meio dos depoimentos das delegadas do Fórum PNEIRJ foi possível perceber que mediante as relações e encontros que tiveram ao longo de suas vidas, elas entram em contato com o tema da velhice. Em alguns casos, são convidadas por amigas(os) ou conhecidas(os) a fazer parte do Fórum PNEIRJ e assim passam a integrar o grupo. Neste sentido, as associações que fazem estabelecem o contato com a causa e com o engajamento e são também parte da motivação para continuar no coletivo.

As associações que se estabelecem no dia a dia dos trabalhos desenvolvidos pela militância em relação às necessidades das pessoas idosas - entre as pesquisadas, colaboradores, com possíveis parceiros, com os idosos que são alvos do engajamento, dentre outros - são consideráveis para a continuidade da existência do grupo e para que as pesquisadas continuem na atividade política.

É possível dizer que nesta “doação ao outro” - aos idosos que precisam que seus direitos sejam garantidos - as pesquisadas desenvolveram também uma realização pessoal, por exercerem atividades que são significativas para elas. Os possíveis resultados do engajamento pela reivindicação de direitos aos idosos são vivenciados também por elas. Ou, nas palavras de Leila: “Eu acho que a militância me ajuda e ajuda o outro.” E nas de Nise: “Toda essa atividade em prol do outro fez a minha vida ficar maior.”

Referências Bibliográficas

- ALVES, Andréa Moraes; LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Aprender com as velhices. Comunicações do ISER. As máscaras da intolerância, número 66, ano 31, 2012. p. 31-38.
- ARAUJO, Angela Maria Carneiro. “Apresentação”. Cadernos pagu: Dossiê Gênero no trabalho (17-18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2002, pp.131-138.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi; PICANÇO, Felícia. (Orgs.). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família, trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: EDUSC, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

- BEZERRA, Marcos Otavio. "Formas de participação popular e produção de interesses coletivos - observações a partir de duas experiências". In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; PALMEIRA, Moacir. Política, governo e participação popular. Rio de Janeiro: 7 letras, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BUTLER, Judith. Frames of War. When is Life Grievable. New York: Verso, 2009.
- FALEIROS, Vicente de Paula. "Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos". In: NERI, Anita Liberalesso. (Org.) Idosos no Brasil. Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007. p. 153-168.
- FONTES, Adriana; SORJ, Bila. "O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social". In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. (Org.). Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do *Care*. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012. p. 103-116.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOLDENBERG, Mirian. A bela velhice. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- GOLDMAN, Sara Nigri. "Aposentadoria e pobreza: algo em comum?" In: GOLDMAN, Sara Nigri; PAZ, Serafim Fortes. Cabelos de Neon. Niterói, RJ: Talento Brasileiro, 2001. p. 13-31.
- IBGE. População. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> (Acesso em: 09/07/2019).
- INGOLD, Tim. Antropologia: para que serve? Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). Velhice ou Terceira idade? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MACCORMACK, Carol. "Nature, culture and gender: a critique", In: MACCORMACK, Carol & STRATHERN, Marilyn. Nature, culture and gender. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- MORIÈRE, Laisy. "A desconstrução de papéis como fator propulsor da participação política das mulheres." In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 353-362.

- PAZ, Serafim Fortes. Dramas, cenas e tramas: a (situa)ção de Fóruns e Conselhos de Idosos no Rio de Janeiro. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2001. 761p.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. "Trajetórias de mulheres de mais de 60 anos: um estudo sobre envelhecimento feminino." In: GOLDMAN, Sara Nigri; PAZ, Serafim Fortes. Cabelos de Neon. Niterói, RJ: Talento Brasileiro, 2001. p. 153-165.
- SOARES, Vera. "Percepções e atitudes: ser mulher e participação política". In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 333-352.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press. 1989.
- SIQUEIRA, Monalisa Dias. "Vivendo bem até mais que 100!": envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado) - Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. 214p.

Notas

- 1** Essas carreiras aparecem nas trajetórias de oito dentre as dez mulheres. **[VOLTAR]**
- 2** Joana, aposentada do Banco Central, 66 anos, a época era coordenadora do Fórum PNEIRJ. **[VOLTAR]**
- 3** Alguns exemplos de atos públicos realizados anualmente são: Dia Mundial da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa (15 de junho) e Dia da Bandeira de Luta em Defesa da Pessoa Idosa (19 de novembro). **[VOLTAR]**
- 4** Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2018. Os dados podem ser acessados através do portal eletrônico <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 18 de Abril de 2021. **[VOLTAR]**

- 5 Segundo dados de uma pesquisa por amostragem realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) Serviço Social do Comércio (SESC) (2007). [\[VOLTAR\]](#)
- 6 Cujas preocupações e pautas estão mais relacionadas às lutas sindicais e aos direitos trabalhistas, por exemplo. [\[VOLTAR\]](#)



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em setembro de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).